APRESENTAÇÃO

FRONTEIRAS, DIREITOS HUMANOS E INTEGRAÇÃO REGIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A presente edição da Revista Videre, do Programa de Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados, lançada no primeiro semestre de 2019, intitulada "Dossiê Fronteiras, Direitos Humanos e Integração Regional no Início do Século XXI", conta com o apoio da Cátedra Jean Monnet, do programa Erasmus + e da União Europeia. A capa do presente número, que traz a arte "Gente de todas as cores e lugares", foi elaborada voluntariamente pelo artista Felipe Xodó. Os textos do Dossiê abordam temas relacionados às fronteiras americanas e europeias, com ênfase nos movimentos migratórios, nas questões de identidade, nos direitos humanos, bem como nas políticas governamentais e na gestão da infraestrutura e de recursos transfronteiriços.

O tema das migrações é enfocado em **"Identidades e fronteiras étnicas no processo de inserção dos imigrantes haitianos no Município de Cascavel/PR"**, de Eric Cardin e Carmem Manica, analisa o processo de inserção social dos migrantes haitianos no município de Cascavel, explorando os obstáculos enfrentados pelos migrantes e as redes sociais constituídas. Cardin e Manica partem do pressuposto de que as identidades são relacionais em sua análise sobre redes sociais, inserção social e fronteiras étnicas. O texto, elaborado com base em entrevistas qualitativas realizadas entre 2015 e 2017, apresenta a ideia de que as estratégias de construção identitárias não são ideais puros, mas coexistem nas práticas cotidianas dos migrantes.

Já ***"Haitian immigration network for French Guiana: the northern Brazilian Amazon on the diaspora route"***, de Paulo Pellegrino, Andrevil Isma, Eliane Supertit e Ítalo Gouvêa apresentam uma análise do fluxo migratório haitiano para a América do Sul após o terremoto de 2010 e o papel do Brasil como país de destino, mas também como rota para a Guiana Francesa. Para os autores, a fronteira franco-amapaense (Amapá/Brasil – Guiana Francesa/França), anteriormente não acessada por esse fluxo no norte da Amazônia brasileira, tornou-se estratégica. O trabalho traz os resultados de uma pesquisa realizada entre 2015 e 2017 sobre o modus operandi da migração haitiana por meio dessa nova rota, seus mecanismos e formas de ação. Uma rede migratória que constituiu parte importante de sua estrutura no território da fronteira brasileira.

No trabalho intitulado **"Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais"**, Marco Aurélio Machado e Joanna Loio abordam a migração internacional e a pendularidade na fronteira Brasil-Bolívia, enfocando a fronteira e a migração internacional. Os autores apresentaram dados obtidos em entrevistas com sujeitos pendulares.

Em **"Os marcos do novo constitucionalismo latino-americano à luz do Estado Plurinacional da Bolívia"**, de Elísio Augusto Velloso Bastos e Caroline Figueiredo Lima, apresentam os desdobramentos derivados das políticas públicas oriundas do novo momento constitucional que a Bolívia vivencia desde a promulgação da Constituição de 2009.

Traz ainda o protagonismo crescente dos povos originários, decorrente das políticas públicas de incentivo à participação política e assistência jurídica representativa de sua cultura e cosmovisão. O trabalho aponta os marcos do constitucionalismo latino-americano com foco específico no Estado Plurinacional da Bolívia.

Em ***"El Chaco boreal en el contexto transnacional actual: la responsabilidad social empresarial y el papel del estado paraguayo en la extracción de hidrocarburos"***, Áurea Vecino Caballero enfatiza a responsabilidade social empresarial em sua abordagem acerca dos impactos das ações do Estado paraguaio e das empresas petrolíferas transnacionais na região do Chaco Boreal. No trabalho, Vecino enfoca o histórico conflito pela terra, a incorporação das novas indústrias extrativas de hidrocarbonetos desde o anúncio da companhia President Energy sobre seu interesse na prospecção e extração de hidrocarbonetos no Chaco Boreal no final de 2014 e as subsequentes medidas do governo do presidente Horacio Cartes, que modificaram a matriz energética do país e as prioridades do Estado a respeito das políticas de uso da terra, trazendo consequências drásticas para comunidades indígenas e para o meio ambiente. utilizando para a analise destas atividades extrativas a denominada Responsabilidade Social Empresarial.

Por sua vez, **"Para além das fronteiras: cidadania transnacional"**, de Elaine Dupas, Leonardo Chaves de Carvalho e Luciani Coimbra de Carvalho aborda a intensificação e o aumento dos deslocamentos humanos além das fronteiras nacionais e o papel dos Estados no acolhimento e na integração dos indivíduos que cruzam as fronteiras. Para os autores, a possibilidade de concessão do status de cidadão a estes indivíduos transnacionais ganha destaque nas questões contemporâneas que merecem ser debatidas pela comunidade internacional, uma vez que a cidadania e a proteção dos direitos humanos possuem pontos de convergência. No texto são apresentadas categorias de direitos que deveriam ser garantidas a todos os indivíduos para ser considerados "cidadãos plenos", bem como uma dissociação dos conceitos de cidadania e nacionalidade.

Com ênfase na questão dos Direitos Humanos, o artigo ***"Is there a Latin American Child Migration Law? An analysis of the 'Advisory Opinion n. 21 on the rights of child migrants' rendered by the Inter-American Court of Human Rights"***, de Tatiana A F R Cardoso Squeff e Marcia Leonora S. R. Orlandini, apresentam um estudo da Opinião Consultiva n. 21/14, que trata dos direitos das crianças migrantes e discerne sobre quais garantias mínimas que os países da região, mais precisamente os do Cone Sul, deveriam conferir à esta categoria de migrante.

Adentrando na temática dos nacionalismos, ***"Sovereign injustice y Projet de Loi*** nº 1: ***análisis comparado de las narrativas nacionalistas de los Québécois y de los Crees de la Bahía James en el Referéndum de Quebec de 1995"***, de Noelia Rodríguez Prieto, traz uma análise comparada da retórica nacionalista presente em dois documentos que foram publicados durante o referendum de independência de Quebec, em 1995: *Sovereign Injustice*, pelo *Grand Council of the Crees* de Quebec, em outubro de 1995; e Projeto de Lei nº 1 "*Loi sur l'avenir du Québec*", um projeto de lei apresentado pelo primeiro ministro provincial Jacques Parizeau na Assembleia Nacional. Duas fontes expressivas de um contexto marcado por tensões entre os líderes separatistas que encabeçaram no nacionalismo quebequense e que pretenderam com o plebiscito alcançar uma efetiva secessão da província francófona; e as comunidades autóctones *Crees*, da Baía de James, que habitam majoritariamente o norte de Quebec e são contrárias

a qualquer separação, posicionando-se a favor de permanecer no Canadá em caso de independência quebequense. Rodriguez defende que a antonímia política permeia uma retórica que busca a legitimação de um conceito político: o da autodeterminação. Conceito que permite elucidar as distinções essenciais destes nacionalismos que, apesar de suas semelhanças discursivas, divergem quanto a seus objetivos, interpretação da legitimidade histórica de seus direitos políticos, da construção de sua identidade nacional e de seus vínculos com o Estado canadense.

Voltando à metade meridional do continente americano, em "**A difícil construção de um sistema de governança para o Aquífero Guarani**", Karina Lilia Pasquariello Mariano e Maria Luisa Telarolli Leite analisam a construção de um sistema de governança para o Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água subterrânea do mundo, compartilhada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. As autoras ressaltam que embora a questão das águas subterrâneas seja estratégica no contexto internacional, nem sempre essa importância se traduz em uma institucionalização adequada para o tratamento dessas águas, como é o caso do Acordo para o Aquífero Guarani, assinado em agosto de 2010. As preocupações com a salvaguarda da soberania e dos interesses nacionais dos países detentores da reserva desestimulam os governos a uma maior preocupação com a institucionalização desse Acordo.

Com enfoque nas políticas de fronteira da União Europeia, **"As políticas de fronteiras da União Europeia: o Espaço *Schengen* e a Frontex"**, de Fernando Ludwig defende que as fronteiras são primordiais para o entendimento das relações internacionais e dos processos de integração regional. Para o autor, ainda que haja certo consenso em tal afirmação o mesmo não vale para a emancipação dos estudos fronteiriços em direção ao centro das relações internacionais. Ludwig entende que a UE é, sob os mais variados aspectos, uma rica fonte de concepções sobre fronteiras e, em seu texto, busca inquirir sobre a dualidade de entendimento das fronteiras internas e externas a partir da percepção europeia. Para tanto, apresenta as percepções antagônicas que permeiam o processo de integração regional europeu, com ênfase no Espaço Schengen e na Frontex.

O presente número da Revista Videre, dedicado ao Dossiê Fronteiras, Direitos Humanos e Integração Regional no Início do Século XXI, tem o objetivo de iluminar e estimular, por meio de suas contribuições acadêmicas, um debate de ampla complexidade, com um ilimitado escopo de temas e desafios.

No trabalho intitulado **"O processo de construção da política municipal para a população imigrante de São Paulo: desafios e potenciais**", Camila Baraldi e Isabel Meunier analisam a política municipal para a população imigrante de São Paulo, pautada na Lei Municipal nº 16.478/2016 e no Decreto nº 57.533/2016, que resultou de um processo decisório intersetorial, tendo contado com ampla participação social. No texto as autoras descrevem o mencionado processo e defendem a ideia de que a política pública migratória representou a concretização do paradigma de direitos humanos como diretriz das ações e programas municipais para a população migrante.

Já em um enfoque voltado às políticas de integração regional, Naiane Cossul analisa em **"Potencialidade do Programa Espacial Brasileiro para a integração regional: aprofundamento da cooperação regional por meio do emprego das tecnologias de informação e comunicação"** o papel do Programa Espacial Brasileiro como potencializador da integração regional, mais precisamente no que tange ao compartilhamento

de tecnologias de informação e comunicação com os Estados vizinhos. No trabalho a autora aborda a atuação das Forças Armadas na implantação os programas SISFRON, SisGAAZ e do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), projetos tecnológicos importantes para a inserção regional do Brasil.

Por sua vez, no âmbito dos Direitos Humanos, o texto **"Perspectivas sobre o trabalho (re)produtivo da mulher migrante nos Estados centrais"**, de Vanessa Pedroso e Maria Luiza Santos aborda a migração como fenômeno econômico, social e político no qual os cidadãos de Estados tidos como periféricos passam a se dirigir a Estados considerados centrais no sistema internacional. Enfatizando a feminização dos processos migratórios, as autoras trazem a questão dos direitos humanos e também os temas feministas na abordagem da luta por empoderamento dos migrantes de países periféricos.

Por fim, com enfoque na origem dos conflitos entre os homens na sociedade contemporânea, a partir da noção de homem como animal político, de Aristóteles, cujo projeto de vida abrange o convívio com seus iguais, em **"O conflito como condição humana? Os limites da ação e as consequências para a convivência pacífica"**, Maiquel Wermuth e Anna Paula Zeifert examinam a a necessidade de limitação do agir humano desenvolvida por Thomas Hobbes, bem como a busca pela felicidade de um ser pretensamente racional e moralmente livre, conforme Kant. Ao longo do texto, os autores se propõem a aferir se o conflito poderia ser percebido ou não como parte da própria condição humana.

Dourados – MS, 28 de maio de 2019.

Dr. Tomaz Espósito Neto[1]
Dr. Camilo Pereira Carneiro[2]
(**Organizadores do Dossiê**)

1 Professor do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. tomazneto@ufgd.edu.br.

2 Professor Visitante do Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. Doutor em Geografia pela UFRGS. camilofilho@ufgd.edu.br.